



ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ANALISTA JUDICIÁRIO – SEM E COM ESPECIALIDADE

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 3.1 Emprego das letras. 3.2 Emprego da acentuação gráfica. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 5.4 Concordância verbal e nominal. 5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.6 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1 Lei Estadual nº 10.633/2024. 2 Decreto-Lei nº 220/1975 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro). 3 Decreto nº 2.479/1979 e suas alterações (Regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro). 4 Lei Estadual nº 9.748/2022 e suas alterações (Dispõe sobre o Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro). 5 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro I - Parte Geral. 5.1 Da Corregedoria Geral da Justiça. 5.1.1 Da Estrutura e do Funcionamento: Dos Atos Normativos; Dos Órgãos e Funções de Assessoramento e Execução; Dos Meios de Comunicação entre os Serviços Judiciários. 5.1.2 Da Função Correicional: Das Correições, Fiscalizações e Inspeções; Da Responsabilidade Disciplinar. 5.1.3 Dos Recursos. 5.1.4 Dos Deveres: Dos Deveres dos Responsáveis pelo Gerenciamento das Varas; Do Horário de Trabalho; Da Ausência do Chefe de Serventia e da Vacância da Função; Da Utilização do Sistema de Processamento de Dados; da Expedição De Certidões. 5.1.5 Das Custas Judiciais: Disposições Gerais; Do Recolhimento das Custas e a Certificação pelas Varas. 6 Regimento Interno do TJRJ. 6.1 Da competência. 6.1.1 Do Tribunal Pleno e do Órgão Especial. 6.1.2 Do Conselho da Magistratura. 7 Resolução Órgão Especial nº 3/2025; Anexo Consolidado: Da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário, Título I - Administração Superior; Capítulo I - Da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Seção I - Do Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça; Seção II - Do Gabinete da Presidência; Título II - Das Secretarias-Gerais; Capítulo II - Da Secretaria-Geral Judiciária; Seção II - Do Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; Seção III - Do Departamento de Processos do Conselho da Magistratura; Seção IV - Do Departamento de Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público. Capítulo II - Da Corregedoria-Geral da Justiça.



NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1 Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015 e suas alterações). 2 Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e suas alterações). 3 Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue (Lei nº 10.048/2000 com redação dada pela Lei nº 14.626/2023).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1 Ética e moral. 2 Ética, princípios e valores. 3 Ética e democracia: exercício da cidadania. 4 Ética e função pública. 5 Ética no setor público. 6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Atos de improbidade administrativa. 7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações. 8 Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Resolução Órgão Especial nº 15/2023).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: NÍVEL SUPERIOR – SEM ESPECIALIDADE

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. 4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos e deveres. 4.6 Responsabilidade. 4.7 Processo administrativo disciplinar. 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder. 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso. 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios. 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas. 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais. 2.2 Direitos e garantias fundamentais. 2.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 2.2.2 Dos Direitos Sociais. 2.2.3 Da Nacionalidade. 2.2.4 Dos Direitos Políticos. 2.2.5 Dos Partidos Políticos. 2.3 Organização político-administrativa do Estado. 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 2.4 Poder Legislativo. 2.4.1 Do Congresso Nacional e suas Atribuições. 2.4.2 Da Câmara dos Deputados e dos Deputados. 2.4.3 Do Senado Federal e dos Senadores. 2.4.4 Das Reuniões e das Comissões. 2.4.5 Do Processo Legislativo. 2.4.6 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. 2.5 Poder Executivo. 2.5.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República. 2.5.2 Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República. 2.5.3 Da Responsabilidade do Presidente da República. 2.5.4 Dos Ministros de Estado. 2.5.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional. 2.6 Poder Judiciário. 2.6.1 Disposições gerais. 2.6.2 Órgãos do Poder Judiciário. 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 2.7 Funções essenciais à justiça. 2.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

DIREITO CIVIL

1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 9 Prova do fato jurídico. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Classificação. 10.3 Contratos em geral. 10.4 Disposições gerais. 10.5 Interpretação. 10.6 Extinção. 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 2 Normas processuais civis. 3 A jurisdição. 4 A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação. 5 Da Cooperação Internacional. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Do auxílio direto. 5.3 Da carta rogatória. 6 Da Competência. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Da modificação da competência. 6.3 Da incompetência. 7 Pressupostos processuais. 8 Preclusão. 9 Sujeitos do processo. 9.1 Capacidade processual e postulatória. 9.2 Deveres das partes e procuradores. 9.3 Procuradores. 9.4 Sucessão das partes e dos procuradores. 9.5 Litisconsórcio. 10 Intervenção de terceiros. 11 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. 11.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz. 11.2 Dos Impedimentos e da Suspeição. 11.3 Dos Auxiliares da Justiça. 12 Ministério Público. 13 Advocacia Pública. 14 Defensoria Pública. 15 Atos processuais.



15.1 Forma dos atos. 15.2 Tempo e lugar. 15.3 Prazos. 15.4 Comunicação dos atos processuais. 15.5 Nulidades. 15.6 Distribuição e registro. 15.7 Valor da causa. 16 Tutela provisória. 16.1 Tutela de urgência. 16.2 Disposições gerais. 17 Formação, suspensão e extinção do processo. 18 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 18.1 Procedimento comum. 18.2 Disposições Gerais. 18.3 Petição inicial. 18.3.1 Dos requisitos da petição inicial. 18.3.2 Do pedido. 18.3.3 Do indeferimento da petição inicial. 18.4 Improcedência liminar do pedido. 18.5 Da conversão da ação individual em ação coletiva. 18.6 Da audiência de conciliação ou de mediação. 18.7 Contestação, reconvenção e revelia. 18.8 Providências preliminares e de saneamento. 18.9 Julgamento conforme o estado do processo. 18.10 Da audiência de instrução e julgamento. 18.11 Provas. 18.12 Sentença e coisa julgada. 18.13 Cumprimento da sentença e sua impugnação. 19 Teoria Geral dos Recursos. 19.1 Dos recursos. 19.2 Disposições gerais. 19.3 Da apelação. 19.4 Do agravo de instrumento. 19.5 Do agravo interno. 19.6 Dos Embargos de Declaração. 19.7 Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 20 Do Processo de execução. 21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 22 Mandado de segurança. 23 Ação popular. 24 Ação civil pública. 25 Ação de improbidade administrativa. 26 Lei nº 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).

DIREITO PENAL

1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 2.3 Interpretação da lei penal. 2.4 Analogia. 2.5 Irretroatividade da lei penal. 2.6 Conflito aparente de normas penais. 3 Ilicitude. 4 Culpabilidade. 5 Concurso de Pessoas. 6 Penas. 6.1 Espécies de penas. 6.2 Cominação das penas. 7 Ação penal. 8 Punibilidade e causas de extinção. 9 Prescrição. 10 Crimes contra a fé pública. 11 Crimes contra a Administração Pública. 12 Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Abuso de autoridade). 13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações). 16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional. 2 Sistemas e princípios fundamentais. 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 4 Fase pré-processual. 4.1 Inquérito policial. 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 5.1 Elementos identificadores da relação processual. 5.2 Formas do procedimento. 5.3 Princípios gerais e informadores do processo. 5.4 Pretensão punitiva. 5.5 Tipos de processo penal. 6 Ação penal. 7 Ação civil Ex Delicto. 8 Jurisdição e competência. 9 Questões e processos incidentes. 10 Prova. 11 Do Juiz, Do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações). 13 Citações e intimações. 14 Atos processuais e atos judiciais. 15 Do processo comum. 15.1 Da Instrução criminal. 15.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri. 15.2.1 Da acusação e da instrução preliminar. 15.2.2 Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária. 15.2.3 Da preparação do processo para julgamento em plenário. 15.2.4 Do alistamento dos jurados. 15.2.5 Do desaforamento. 15.2.6 Da organização da pauta. 15.2.7 Do sorteio e da convocação dos jurados. 15.2.8 Da função do jurado. 15.2.9 Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença. 15.2.10 Da reunião e das sessões do tribunal do júri. 15.2.11 Da instrução em plenário. 15.2.12 Dos debates. 15.2.13 Do questionário e sua votação.



15.2.14 Da sentença. 15.2.15 Da ata dos trabalhos. 15.2.16 Das atribuições do presidente do tribunal do júri. 15.3 Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular. 16 Dos processos especiais. 16.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 16.2 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 16.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. 16.4 Do processo sumário. 16.5 Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. 16.6 Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. 17 Lei nº 8.038/1990 e suas alterações - Normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). 18 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais). 19 Prazos. 19.1 Características, princípios e contagem. 20 Nulidades. 21 Recursos em geral. 22 Habeas corpus e seu processo. 23 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal). 24 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. 25 Disposições gerais do Código de Processo Penal.

LEGISLAÇÃO

1 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial. 1.1 Parte Geral. 1.1.1 Da Corregedoria Geral de Justiça. 1.1.1.1 Da estrutura e do funcionamento. 1.1.1.1.1 Dos atos normativos. 1.1.1.1.2 Dos órgãos e funções de assessoramento e execução. 1.1.1.1.3 Da distribuição de feitos: dos Registros de Distribuição; das buscas; das certidões de distribuição de feitos judiciais; dos Livros de Registro de Distribuição; dos fichários e arquivamento; do Serviço de Distribuição; da Distribuição por processamento eletrônico de dados; da paralisação do sistema de informática da Distribuição; do pré-cadastramento, das anotações no Registro de Distribuição; das medidas cautelares de caráter sigiloso; do Projeto Violeta e protocolo Violeta-Laranja. 1.1.1.1.4 Do recebimento e encaminhamento de petições e documentos: do Protocolo Geral de Varas (PROGER); do recebimento de petições e documentos; do encaminhamento de petições e documentos; do Protocolo Integrado; da utilização do Serviço de Malote. 1.1.1.1.5 Dos meios de comunicação entre serviços judiciários: disposições gerais; da comunicação por fax. 1.1.1.2 Da estatística, supervisão e delegação de funções. 1.1.1.2.1 Da estatística das serventias. 1.1.1.2.2 Da supervisão e delegação de funções. 1.1.1.3 Da função correicional. 1.1.1.3.1 Das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar. 1.1.1.4 Dos recursos. 1.1.1.5 Dos magistrados. 1.1.1.5.1 Das disposições gerais. 1.1.1.5.2 Dos processos sigilosos administrativos de reclamações e representações judiciais. 1.1.1.6 Dos deveres. 1.1.1.6.1 Dos deveres dos responsáveis pelo gerenciamento das serventias. 1.1.1.6.2 Do horário de trabalho. 1.1.1.6.3 Da ausência do chefe de serventia e da vacância da função. 1.1.1.6.4 Da utilização do sistema de processamento de dados. 1.1.1.6.5 Da expedição de certidões. 1.1.1.7 Das custas judiciais. 1.1.1.7.1 Disposições gerais. 1.1.1.7.2 Do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais. 1.2 Foro Judicial. 1.2.1 Dos Serviços Judiciais. 1.2.1.1 Das Escrivanias. 1.2.1.1.1 Da Administração Interna: do Processamento Integrado e do Chefe de Serventia a Da carta precatória eletrônica. 1.2.1.1.2 Das Rotinas de Processamento: das rotinas aplicáveis às serventias judiciais em geral. 1.2.1.2 Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 1.2.1.2.1 Disposições gerais. 1.2.1.2.2 Dos Conciliadores. 1.2.1.2.3 Dos Oficiais de Justiça. 1.2.1.2.4 Dos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis e dos Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC). 1.2.1.2.5 Das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis: da intimação por via telefônica. 1.2.1.2.6 Das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais. 1.2.1.3 Das Centrais de Audiência de Custódia. 1.2.1.3.1 Do cadastramento e processamento das audiências de custódia. 1.2.1.3.2 Dos deveres dos servidores



designados para atuarem nas Centrais de Audiência de Custódia. 1.2.1.3.3 Do cadastramento no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC-CNJ). 2 Lei Federal nº 12.153/2009.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL – ESPECIALIDADE: ASSISTENTE SOCIAL

1 Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. 1.1 Surgimento e institucionalização do Serviço Social no Brasil e sua relação com a “questão social”. 1.2 Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos. 1.3. Condições e relações de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, atribuições. 2 A Questão social na contemporaneidade e garantia de direitos. 3 O projeto ético-político do serviço social: construção e desafios. 3.1 Fundamentos éticos, ética profissional e diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. 4 A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional. 4.1 Formulação de projeto de intervenção profissional: Aspectos teóricos e metodológicos. 4.2 Assessoria, Consultoria e Supervisão em serviço social. 5 Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar. 5.1 Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família. 5.2 Estudo social e perícia social: objetivos, metodologia, registro e produção de documentos: relatório, Laudo e Parecer. 5.3 Tecnologias de informação e comunicação e o serviço social. 6 Política social. 6.1 Fundamentos, história e políticas. 6.2 Seguridade social no Brasil. 6.3 Políticas de saúde, de assistência social e de previdência social. 6.4 Políticas e programas sociais dirigidas aos segmentos: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, homens, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno mental, pessoas vítimas de violência, pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, e respectivas legislações. 7 Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente. 7.1. Concepções e configurações de família, estratégias de atendimento e acompanhamento. 7.2 Guarda, guarda compartilhada, debate sobre alegações de alienação parental. 7.3 Adoção e direito às origens. 7.4 Curatela, tutela, tomada de decisão apoiada. 7.5 Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. 7.6 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 8 Relações de gênero, intergeracionais, étnico raciais, diversidade; interseccionalidades. 9 Sistema judiciário contemporâneo e formas alternativas de resolução de conflitos. 10 Legislação. 10.1 Constituição Federativa do Brasil e seguridade social: Lei nº 8.212/1991 e suas alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social); Lei nº 8.080/1990 e suas alterações (Lei Orgânica da Saúde); Lei nº 8.213/1991 e suas alterações (Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências); Lei nº 8.742/1993 e suas alterações (Lei Orgânica da Assistência Social). Código Civil - Lei nº 10.406/2002 e suas alterações - Arts. 1.511 a 1.638 (Livro IV - Do Direito de Família); 1.694 a 1.727 (Dos alimentos, do bem de família e da união estável) e 1.728 a 1.783-A (Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada). 10.2 Legislação social para áreas/segmentos específicos. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto da Pessoa Idosa); Lei nº 12.288/2010 e suas alterações (Estatuto da Igualdade Racial); Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica); Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal); Lei nº 12.318/2010 e suas alterações (Alienação Parental); Lei nº 13.431/2017 e suas alterações (Lei da Escuta Protegida); Resolução CNJ nº 299/2019 - Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017; Portaria nº



495, de 28 de abril de 2016, do Ministério da Justiça - Política Nacional de Alternativas Penais. 10.3 Legislação profissional. 10.3.1 Lei nº 8.662/1993 e suas alterações (Lei de regulamentação da profissão de assistente social). 10.3.2 Resolução CFESS nº 273/1993 e suas alterações (Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais). 10.3.3 Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Notas Técnicas pertinentes à atuação no sociojurídico (CFESS).

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Noções de organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4 Processo administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Espécies e classificação. 5.2 Cargo, emprego e função públicos. 6 Poderes administrativos. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso do poder. 7 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 8 Controle e responsabilização da administração. 8.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8.2 Responsabilidade civil do Estado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. 1.3 Organização político-administrativa. 1.3.1 União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 1.4 Administração pública. 1.4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 1.5 Poder Legislativo. 1.5.1 Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores. 1.6 Poder Executivo. 1.6.1 Atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado. 1.7 Poder Judiciário. 1.7.1 Disposições gerais. 1.7.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.7.2.1 Competências. 1.7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 1.7.3.1 Composição e competências. 1.8 Funções essenciais à justiça. 1.8.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. 1.9 Da Ordem Social. 1.9.1 Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

LEGISLAÇÃO

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Parte Judicial: Livro II - Foro Judicial, dos Serviços Judiciais, dos Auxiliares do Juízo, do Assistente Social Judicial.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL – ESPECIALIDADE: PSICÓLOGO

1 Código de Ética do psicólogo e resoluções do Conselho Federal de Psicologia. 2 Avaliação e Perícias Psicológicas. 2.1 Instrumentos de avaliação. 2.2 Técnicas de entrevista. 2.3 Elaboração de documentos escritos: Declaração, Relatórios, Pareceres e Laudos Psicológicos. 3 Teorias e técnicas psicoterápicas. 3.1 Abordagens teóricas. 3.1.1 Psicanálise, cognitivo-comportamental, humanista existencial e sócio-histórica. 4 Psicopatologia. 5 Psicologia da saúde. 5.1 interdisciplinaridade e multidisciplinaridade em saúde. 5.2 Tratamento e prevenção da dependência química. 5.3 Saúde mental e os princípios da luta antimanicomial. 6 Desenvolvimento. 6.1 Desenvolvimento emocional e social. 7 Psicologia Social. 7.1 Grupo Social e Familiar: o indivíduo e o grupo; as transformações da família. 8. Psicologia e justiça. 8.1 Compromisso social, ética e direitos humanos. 8.2 Prática profissional e as relações raciais, de classe e gênero. 9. Psicologia jurídica.



9.1 Adoção, infância e juventude, idoso, família e suas medidas protetivas. 9.2 O adolescente em conflito com a lei e as medidas socioeducativas. 9.3 Violência doméstica familiar e contra a mulher e suas medidas protetivas. 9.4 Área criminal, abuso sexual e trauma, e depoimento especial. 10 Organizações. 10.1 Estrutura, processos e dinâmica. 11 Teoria das organizações e concepções de trabalho. 12. Cultura e clima organizacional. 13 Motivação e satisfação no trabalho. 14 Poder, liderança e conflitos nas organizações. 15 Equipes de trabalho e grupos nas organizações. 16 Ergonomia da atividade e psicopatologia do trabalho. 17 Bem-estar, saúde e qualidade de vida no contexto das organizações. 18 Conhecimento, aprendizagem e desempenho humano nas organizações.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Noções de organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4 Processo administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Espécies e classificação. 5.2 Cargo, emprego e função públicos. 6 Poderes administrativos. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso do poder. 7 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 8 Controle e responsabilização da administração. 8.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8.2 Responsabilidade civil do Estado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. 1.3 Organização político-administrativa. 1.3.1 União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 1.4 Administração pública. 1.4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 1.5 Poder Legislativo. 1.5.1 Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores. 1.6 Poder Executivo. 1.6.1 Atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado. 1.7 Poder Judiciário. 1.7.1 Disposições gerais. 1.7.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.7.2.1 Competências. 1.7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 1.7.3.1 Composição e competências. 1.8 Funções essenciais à justiça. 1.8.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. 1.9 Da Ordem Social. 1.9.1 Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

LEGISLAÇÃO

1 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro II - Foro Judicial; dos Serviços Judiciais; dos Auxiliares do Juízo; do Psicólogo Judicial. 2 Resolução OE nº 15/2023 - Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. 3 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações). 4 Lei da Adoção (Lei nº 12.010/2009 e Lei 13.509/2017 e suas alterações). 5 Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003 e suas alterações). 6 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase (Lei nº 12.594/2012 e suas alterações). 7 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha). 8 Lei nº 13.431/2017 e suas alterações. Resolução CNJ nº 299/2019 (Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017). Decreto nº 9.603/2018 (que regulamenta a Lei nº 13.431/2017). Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 35/2019 (Institui o Protocolo de Depoimento Especial do TJRJ). 9 Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010 e suas alterações). 10 Lei Henry Borel (Lei



nº 14.344/2022 e suas alterações). 11 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal). 12 Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad). 13 Lei nº 10.216/2001 (Lei Paulo Delgado - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais). 14 Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). 15 Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero - Resolução CNJ nº 492/2023. 16 Protocolo para julgamento com perspectiva racial - Resolução CNJ nº 598/2024. 17 Código Civil - Lei nº 10.406/2002 e suas alterações - Arts. 1511 a 1638 (Livro IV - Do Direito de Família); 1694 a 1727 (Dos Alimentos, Do Bem de Família e Da União Estável) e 1728 a 1783-A (Da Tutela, Da Curatela e Da Tomada de Decisão Apoiada).

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: JUDICIAL – ESPECIALIDADE: COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1 Estatuto da Criança e adolescente. 1.1 Antecedentes históricos. 1.2 Inserção constitucional. 1.3 Princípio da prevenção especial. 1.4 Direitos fundamentais da criança e do adolescente. 2 Política e organização do atendimento. 2.1 Linhas de ação e da política de atendimento. 2.2 Linhas de ação e diretrizes. 2.3 Municipalização e descentralização. 2.4 Participação da cidadania e conselhos dos direitos. 2.5 Entidades e programas de atendimento. 3 Conselho Tutelar. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Atribuições. 3.3 Competência. 3.4 Escolha dos conselheiros e impedimentos. 4 Medidas de proteção. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Medidas específicas de proteção. 4.3 Colocação em família substituta. 5 Medidas pertinentes aos pais ou responsável. 6 Direito à convivência familiar. 6.1 Família natural e família substituta. 6.2 Guarda. 6.3 Tutela. 6.4 Adoção. 6.5 Perda ou suspensão do poder familiar. 6.6 Colocação em família substituta. 7. Prática do ato infracional. 7.1 A questão socioeducativa. 7.2 Conceito e tempo do ato infracional. 7.3 Inimputabilidade. 7.4 Direitos individuais. 7.5 Garantias processuais. 7.6 Medidas socioeducativas. 7.7 Remissão. 8 Acesso à Justiça. 8.1 A Justiça da infância e da juventude. 8.2 Princípios gerais. 8.3 Competência. 8.4 Serviços auxiliares. 9 Procedimentos. 9.1 Disposições gerais. 9.2 Perda e suspensão do poder familiar. 9.3 Destituição da tutela. 9.4 Colocação em família substituta. 9.5 Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. 9.6 Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. 9.7 Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 10 Recursos. 11 Ministério Público. 12 O advogado. 13 Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. 14 Crimes e infrações administrativas. 15 Lei nº 12.010/2009 e Lei 13.509/2017 e suas alterações (Lei da Adoção). 16 Lei nº 12.318/2010 e suas alterações (Lei da Alienação Parental). 17 Lei nº 13.431/2017 e suas alterações (Lei da Escuta Protegida). 17.1 Decreto nº 9.603/2018 (regulamenta a Lei nº 13.431/2017). 18 Lei nº 14.344/2022 e suas alterações (Lei Henry Borel). 19 Lei nº 12.594/2012 e suas alterações (Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase). 20 Resoluções Conanda nº 113 e 116/2006. 21 Política Nacional Integrada da Primeira Infância. 22 Política Nacional de Juventude. 23 Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente. 24 Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. 25 Normativas Internacionais. 25.1 Declaração Universal dos Direitos das Crianças. 25.2 Convenção sobre os Direitos das Crianças. 25.3 Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça e da Juventude (Regras Mínimas de Beijing). 25.4 Diretrizes das



Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad). 25.5 Diretrizes para a Ação sobre Crianças no Sistema de Justiça Penal (Diretrizes de Viena). 25.6 Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade. 25.7 Convenção relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional.

DIREITO DO IDOSO

1 Constituição e Direito do Idoso. 2 Estatuto da Pessoa Idosa. 2.1 Disposições gerais. 2.2 Direitos Fundamentais. 2.3 Medidas de proteção. 2.4 Política de atendimento. 2.5 Infrações administrativas e dos crimes. 2.6 Entidades de atendimento. 3 Código Civil: capacidade, curatela e tomada de decisão apoiada. 4 Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). 5 Política Nacional do Idoso. 6 Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. 7 Política Nacional de Cuidados. 8 Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. 1.8 Da Ordem Social. 1.8.1 Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço.



2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 9 Prova do fato jurídico. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Classificação. 10.3 Contratos em geral. 10.4 Disposições gerais. 10.5 Interpretação. 10.6 Extinção. 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Princípios do processo. 2 Jurisdição. 3 Ação. 3.1 Condições da ação. 3.2 Classificação. 4 Competência, modificação da competência e incompetência. 5 Pressupostos Processuais. 6 Sujeitos do Processo. 6.1 Capacidade processual e postulatória. 6.2 Deveres das partes e procuradores. 7 Juiz e Auxiliares da Justiça. 8 Ministério Público. 9 Advocacia Pública. 10 Defensoria Pública. 11 Atos processuais. 11.1 Forma dos atos. 11.2 Tempo e lugar. 11.3 Prazos. 11.4 Comunicação dos atos processuais. 11.5 Nulidades. 12 Tutela provisória. 12.1 Tutela de urgência. 13 Formação, suspensão e extinção do processo. 14 Processo de conhecimento. 14.1 Procedimento comum. 14.2 Disposições Gerais. 14.3 Petição inicial. 14.4 Improcedência liminar do pedido. 14.5 Audiência de conciliação ou de mediação. 14.6 Contestação, reconvenção e revelia. 14.7 Providências preliminares e de saneamento. 14.8 Julgamento conforme o estado do processo. 14.9 Da audiência de instrução e julgamento. 14.10 Provas. 14.11 Sentença e coisa julgada. 15 Mandado de segurança. 16 Ação civil pública. 17 Lei nº 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 2 Fase pré-processual. 2.1 Inquérito policial. 3 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 3.1 Princípios gerais e informadores do processo. 4 Ação penal. 5 Jurisdição e Competência. 6 Provas. 7 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 8 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória. 9 Citações e intimações. 10 Atos processuais e atos judiciais. 11 Sentença. 12 Processo comum. 12.1 Da Instrução criminal. 12.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri. 13 Dos processos especiais. 13.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

LEGISLAÇÃO

1 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial: Livro II - Foro Judicial, dos Serviços Judiciais, Dos Auxiliares do Juízo, Do Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso. 2 Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro: Dos Juízos Especializados em Crimes Contra a Criança e ao Adolescente; Dos Juízos



da Infância e da Juventude; Dos Juízos do Idoso. 3 Resolução OE nº 15/2023 - Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. 4 Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero (Resolução CNJ nº 492/2023). 5 Protocolo para julgamento com perspectiva racial (Resolução CNJ nº 598/2024). 6 Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 225/2016): Da Justiça Restaurativa; Do atendimento restaurativo no âmbito judicial.

ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL – ESPECIALIDADE: MÉDICO

1 Cuidados gerais com o paciente em Medicina interna. 1.1 Nutrição. 1.2 Hidratação. 1.3 Prevenção e detecção precoce do câncer. 1.4 Prevenção e detecção precoce da aterosclerose. 2 Doenças cardiovasculares. 2.1 Hipertensão arterial. 2.2 Insuficiência cardíaca. 2.3 Miocardiopatias. 2.4 Valvulopatias. 2.5 Arritmias cardíacas. 2.6 Síndromes isquêmicas coronárias. 2.7 Fatores predisponentes à formação e instabilização da placa aterosclerótica. 3 Doenças pulmonares. 3.1 Asma brônquica. 3.2 Doença pulmonar obstrutiva crônica. 3.3 Embolia pulmonar. 3.4 Pneumonias e abscessos pulmonares. 4 Doenças gastrointestinais e hepáticas. 4.1 Úlcera péptica. 4.2 Doença do refluxo gastroesofágico. 4.3 Doenças intestinais inflamatórias e parasitárias. 4.4 Diarreia. 4.5 Colelitíase e colecistite. 4.6 Pankreatite. 4.7 Hepatites virais. 4.8 Insuficiência hepática crônica. 4.9 Síndromes disabsortivas. 5 Abordagem das queixas comuns em serviços de urgência. 5.1 Tontura e zumbido. 5.2 Rinossinusopatias. 5.3 Urticária e angioedema. 5.4 Rinite alérgica. 5.5 Cefaleias. 6 Doenças renais. 6.1 Insuficiência renal aguda e crônica. 6.2 Glomerulonefrites. 6.3 Síndrome nefrótica. 6.4 Litíase renal. 6.5 Equilíbrio ácido-base. 7 Doenças endócrinas. 7.1 Diabetes melito. 7.2 Obesidade. 7.3 Síndrome metabólica. 7.4 Hipotireoidismo e hipertireoidismo. 7.5 Tireoidite e nódulos tireoidianos. 7.6 Distúrbios das glândulas suprarrenais. 7.7 Distúrbios das glândulas paratireoides. 8 Doenças reumáticas. 8.1 Artrite reumatoide. 8.2 Espondiloartropatias. 8.3 Colagenoses. 8.4 Gota. 9 Infectologia. 9.1 Síndrome da imunodeficiência adquirida. 9.2 Endocardite infecciosa. 9.3 Infecções estafilocócicas. 9.4 Endemias nacionais. 9.5 Candidíase. 9.6 Doenças sexualmente transmissíveis. 9.7 Herpes simples e zoster. 9.8 Terapia antibiótica. 9.8.1 Princípios gerais, farmacologia, principais grupos de antibióticos, doses e duração do tratamento. 10 Exames complementares invasivos e não invasivos de uso frequente na prática clínica diária. 11 Emergências clínicas. 11.1 Vias aéreas e ventilação. 11.2 Ressuscitação cardiopulmonar. 11.3 Edema agudo pulmonar. 11.4 Crise hipertensiva. 11.5 Hemorragia digestiva. 11.6 Estados de choques. 11.7 Anafilaxia. 11.8 Intoxicações. 11.9 Crise convulsiva. 11.10 Acidente vascular encefálico. 11.11 Alterações do estado de consciência. 11.12 Hipoglicemia e hiperglicemia. 12 Conceitos fundamentais das diversas especialidades clínicas. 13 Ética médica e Bioética. 14 Epidemiologia, fisiologia, diagnóstico, clínica, tratamento, prognóstico e prevenção de doenças cardiovasculares; pulmonares; sistema digestivo; renais; imunológicas; reumáticas; hematológicas; metabólicas e do sistema endócrino; infecciosas e transmissíveis; neurológicas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais.



1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL - ESPECIALIDADE: MÉDICO PSQUIATRA

1 Classificação em Psiquiatria. 1.1 CID-10, CID-11 e DSM-V-TR. 2 Diagnóstico sindrômico e diagnóstico nosológico em Psiquiatria. 3 Psicopatologia. 4 Interconsulta psiquiátrica. 5 Neuroimagem em Psiquiatria. 6 Psicofarmacologia. 6.1 Indicações, posologias, efeitos adversos, intoxicação, interações. 7 Psicoterapias. 7.1 Fundamentos teóricos, indicações, modalidades e aplicações clínicas. 8 Emergências psiquiátricas. 9 Eletroconvulsoterapia. 10 Psiquiatria forense. 10.1 Responsabilidade penal e capacidade civil. 10.2 Documentos médicos. 10.2.1 Atestados, notificações, laudos e pareceres. 10.3 Perícia psiquiátrica. 10.4 Alienação mental. 10.4.1 Definição, condições médicas correlacionadas e legislação associada. 10.5 Perícia médica. 10.5.1 Incapacidade total e parcial, incapacidade temporária e definitiva, capacidade laborativa residual, elaboração de parecer de acordo com a legislação vigente. 11 Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. 12 Transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. 12.1 Dependência química no ambiente de trabalho. 13 Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. 14 Exame psiquiátrico e exames complementares em Psiquiatria da infância e da adolescência. 15 Abuso físico e sexual na infância e na adolescência. 16 Modelos de atendimento em Psiquiatria da infância e da adolescência em saúde pública. 17 Exames complementares em Psiquiatria. 18 Esquizofrenia. 19 Outros transtornos psicóticos. 19.1 Esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente, delirante induzido. 20 Síndromes psiquiátricas do puerpério. 21 Transtornos do humor. 22 Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. 23 Transtornos fóbico-ansiosos. 23.1 Fobia específica, social e agorafobia. 24 Outros transtornos de ansiedade. 24.1 Transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada. 25 Transtornos somatoformes. 26 Transtornos



alimentares. 27 Transtornos do sono. 28 Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático. 29 Transtornos dissociativos. 30 Transtornos da identidade e da preferência sexual. 31 Transtornos da personalidade. 32 Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. 33 Retardo mental. 34 Transtornos do desenvolvimento psicológico. 35 Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). 36 Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. 37 Transtorno do Espectro Autista 38 Noções de medicina preventiva e saúde ocupacional com foco em saúde mental. 39 Código de Ética Médica. 40 Lei nº 12.764/2012 e suas alterações - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 41 Lei nº 10.216/2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: GESTÃO – ESPECIALIDADE: CONTADOR

CONTABILIDADE GERAL

1 Lei nº 6.404/1976 suas alterações e legislação complementar. 2 Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3 Elaboração de demonstrações



contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3.1 Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto). 3.2 Balanço patrimonial. 3.3 Demonstração do resultado do exercício. 3.4 Demonstração do valor adicionado. 3.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 3.6 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. 3.7 Demonstração do Resultado Abrangente. 3.8 Notas Explicativas. 4 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 5 Disponibilidades - Caixa e Equivalentes de Caixa. 5.1 Conteúdo, classificação e critérios de avaliação. 6 Contas a Receber. 6.1 Conceito, conteúdo e critérios contábeis. 7 Estoques. 7.1 Conceito, conteúdo e classificação. 7.2 Critérios de avaliação de estoques. 8 Despesas antecipadas. 8.1 Conceito, conteúdo, classificação e critérios de avaliação. 9 Realizável a longo prazo (não circulante). 9.1 Conceito e classificação. 9.2 Ajuste a valor presente. 9.3 Cálculo e contabilização de contas ativas e passivas. 10 Ativo Imobilizado. 10.1 Conceituação, classificação e conteúdos das contas. 10.2 Critérios de avaliação e mensuração do ativo imobilizado. 10.3 Depreciação, exaustão e amortização. 11 Passivo exigível. 11.1 Conceitos gerais, avaliação, reconhecimento, mensuração e conteúdo do passivo. 12 Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações. 13 Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros títulos de dívida. 14 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 15 Patrimônio Líquido. 15.1 Capital Social. 15.2 Reservas de capital. 15.3 Ajustes de avaliação patrimonial. 15.4 Reservas de lucros. 15.5 Ações em tesouraria. 15.6 Prejuízos acumulados. 15.7 Dividendos. 15.8 Juros sobre o Capital Próprio. 16 Despesas e outros resultados das operações continuadas. 17 Transações entre partes relacionadas. 18 Consolidação das demonstrações contábeis e demonstrações separadas. 19 Correção integral das demonstrações contábeis. 20 Análise econômico-financeira. 20.1 Indicadores de endividamento. 20.2 Indicadores de estrutura de capitais. 20.3 Análise vertical e horizontal.

CONTABILIDADE PÚBLICA

1 Sistema de Contabilidade Federal. 2 Conceituação, objeto e campo de aplicação. 3 Composição do Patrimônio Público. 3.1 Patrimônio Público. 3.2 Ativo. 3.3 Passivo. 3.4 Saldo Patrimonial. 4 Variações Patrimoniais. 4.1 Qualitativas. 4.2 Quantitativas. 4.2.1 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 4.3 Realização da variação patrimonial. 4.4 Resultado patrimonial. 5 Mensuração de ativos. 5.1 Ativo Imobilizado. 5.2 Ativo Intangível. 5.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável. 5.4 Depreciação, amortização e exaustão. 6 Mensuração de passivos. 6.1 Provisões. 6.2 Passivos Contingentes. 7 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições. 8 Sistema de custos. 8.1 Aspectos legais do sistema de custos. 8.2 Ambiente da informação de custos. 8.3 Características da informação de custos. 8.4 Terminologia de custos. 9 Plano de contas aplicado ao setor público. 10 Natureza da Informação Contábil. 10.1 Código da Conta Contábil. 10.2 Atributos da informação contábil. 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 11.1 Balanço orçamentário. 11.2 Balanço Financeiro. 11.3 Demonstração das variações patrimoniais. 11.4 Balanço patrimonial. 11.5 Demonstração de fluxos de caixa. 11.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 11.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis. 11.8 Consolidação das demonstrações contábeis. 12 Demonstrativos Fiscais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF). 13 Transações no setor público. 14 Despesa pública. 14.1 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 15 Receita pública. 15.1 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 16 Execução orçamentária e financeira. 17 Conta Única do Tesouro Nacional. 18 Sistema Integrado de Administração Financeira. 18.1 Conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e



principais documentos de entrada. 19 Suprimento de Fundos. 20 Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. 21 MCASP 11ª edição. 22 Regime contábil.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

1 Orçamento público. 1.1 Conceito. 1.2 Técnicas orçamentárias. 1.3 Princípios orçamentários. 1.4 Ciclo orçamentário. 1.5 Processo orçamentário. 2 O orçamento público no Brasil. 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 2.2 Plano plurianual. 2.3 Diretrizes orçamentárias. 2.4 Orçamento anual. 2.5 Sistema e processo de orçamentação. 2.6 Classificações orçamentárias. 2.7 Estrutura programática. 2.8 Créditos ordinários e adicionais. 3 Programação e execução orçamentária e financeira. 3.1 Descentralização orçamentária e financeira. 3.2 Acompanhamento da execução. 3.3 Sistemas de informações. 3.4 Alterações orçamentárias. 4 Receita pública. 4.1 Conceito e classificações. 4.2 Estágios. 4.3 Fontes. 4.4 Dívida ativa. 5 Despesa pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Restos a pagar. 5.4 Despesas de exercícios anteriores. 5.5 Dívida flutuante e fundada. 5.6 Suprimento de fundos. 6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). 7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações. 8 Transferências voluntárias. 9 O Orçamento na Constituição Federal de 1988. 9.1 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Da fiscalização contábil, orçamentária e financeira - Constituição Federal de 1988, Arts. 70 a 75.

CONTROLE INTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL.

1 Controle interno. 1.1 Princípios. 1.2 Estruturação de Controle Interno. 1.3 Controle Interno - Estrutura Integrada (COSO I). 1.4 Exame e avaliação do controle interno. 2 Auditoria governamental. 2.1 Auditoria de conformidade e auditoria operacional. 2.2 Instrumentos de fiscalização: Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. 2.3 Planejamento de auditoria. 2.4 Riscos em Auditoria. 2.5 Papéis de trabalho. 2.6 Testes de auditoria. 2.7 Amostragem em auditoria. 2.8 Execução da auditoria. 2.9 Técnicas e procedimentos. 2.10 Evidências de auditoria. 2.11 Comunicação dos resultados. 2.12 Relatório de auditoria. 3 Princípios da governança pública. 4 Gestão de riscos no setor público. 5 Normas Globais de Auditoria Interna (The IIA, 2024).

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Noções de organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4 Agentes públicos. 4.1 Espécies e classificação. 4.2 Cargo, emprego e função públicos. 5 Poderes administrativos. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder. 6 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 7 Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 e suas alterações). 8 Controle e responsabilização da administração. 8.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8.2 Responsabilidade civil do Estado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. 3 Organização político administrativa. 3.1 União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 4 Administração pública. 4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 5 Poder Legislativo. 5.1 Congresso Nacional,



Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores. 6 Poder Executivo. 6.1 atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado. 7 Poder Judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do Poder Judiciário. 7.2.1 Competências. 7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 7.3.1 Composição e competências. 8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

LEGISLAÇÃO

1 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial: Livro II - Foro Judicial, dos Serviços Judiciais, dos Auxiliares do Juízo, do Contador Judicial. 2 Deliberação TCE/RJ nº 248/2008; Deliberação TCE/RJ nº 278/2017; Deliberação TCE/RJ nº 279/2017; Ato Normativo TJRJ nº 06/2018; Lei nº 13.019/2014 e suas alterações. 3 Resolução Órgão Especial nº 03/2025, anexo consolidado, Capítulo I - Da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Seção III - Do Núcleo de Auditoria Interna; Capítulo VI - Da Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças; Seção I - Do Departamento de Gestão da Arrecadação; Seção II - Do Departamento Financeiro; Seção III - Do Departamento Contábil.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: JUDICIAL – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. 4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos e deveres. 4.6 Responsabilidade. 4.7 Processo administrativo disciplinar. 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder. 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso. 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios. 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DIREITO CONSTITUCIONAL



1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas. 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais. 2.2 Direitos e garantias fundamentais. 2.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 2.2.2 Dos Direitos Sociais. 2.2.3 Da Nacionalidade. 2.2.4 Dos Direitos Políticos. 2.2.5 Dos Partidos Políticos. 2.3 Organização político-administrativa do Estado. 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 2.4 Poder Legislativo. 2.4.1 Do Congresso Nacional e suas Atribuições. 2.4.2 Da Câmara dos Deputados e dos Deputados. 2.4.3 Do Senado Federal e dos Senadores. 2.4.4 Das Reuniões e das Comissões. 2.4.5 Do Processo Legislativo. 2.4.6 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. 2.5 Poder Executivo. 2.5.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República. 2.5.2 Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República. 2.5.3 Da Responsabilidade do Presidente da República. 2.5.4 Dos Ministros de Estado. 2.5.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional. 2.6 Poder Judiciário. 2.6.1 Disposições gerais. 2.6.2 Órgãos do Poder Judiciário. 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 2.7 Funções essenciais à justiça. 2.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 9 Prova do fato jurídico. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Classificação. 10.3 Contratos em geral. 10.4 Disposições gerais. 10.5 Interpretação. 10.6 Extinção. 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 2 Normas processuais civis. 3 A jurisdição. 4 A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação. 5 Da Cooperação Internacional. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Do auxílio direto. 5.3 Da carta rogatória. 6 Da Competência. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Da modificação da competência. 6.3 Da incompetência. 7 Pressupostos processuais. 8 Preclusão. 9 Sujeitos do processo. 9.1 Capacidade processual e postulatória. 9.2 Deveres das partes e procuradores. 9.3 Procuradores. 9.4 Sucessão das partes e dos procuradores. 9.5 Litisconsórcio. 10 Intervenção de terceiros. 11 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. 11.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz. 11.2 Dos Impedimentos e da Suspeição. 11.3 Dos Auxiliares da Justiça. 12 Ministério Público. 13 Advocacia Pública. 14 Defensoria Pública. 15 Atos processuais. 15.1 Forma dos atos. 15.2 Tempo e lugar. 15.3 Prazos. 15.4 Comunicação dos atos processuais.



15.5 Nulidades. 15.6 Distribuição e registro. 15.7 Valor da causa. 16 Tutela provisória. 16.1 Tutela de urgência. 16.2 Disposições gerais. 17 Formação, suspensão e extinção do processo. 18 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 18.1 Procedimento comum. 18.2 Disposições Gerais. 18.3 Petição inicial. 18.3.1 Dos requisitos da petição inicial. 18.3.2 Do pedido. 18.3.3 Do indeferimento da petição inicial. 18.4 Improcedência liminar do pedido. 18.5 Da conversão da ação individual em ação coletiva. 18.6 Da audiência de conciliação ou de mediação. 18.7 Contestação, reconvenção e revelia. 18.8 Providências preliminares e de saneamento. 18.9 Julgamento conforme o estado do processo. 18.10 Da audiência de instrução e julgamento. 18.11 Provas. 18.12 Sentença e coisa julgada. 18.13 Cumprimento da sentença e sua impugnação. 19 Teoria Geral dos Recursos. 19.1 Dos recursos. 19.2 Disposições gerais. 19.3 Da apelação. 19.4 Do agravo de instrumento. 19.5 Do agravo interno. 19.6 Dos Embargos de Declaração. 19.7 Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 20 Do Processo de execução. 21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 22 Mandado de segurança. 23 Ação popular. 24 Ação civil pública. 25 Ação de improbidade administrativa. 26 Lei nº 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).

DIREITO PENAL

1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 2.3 Interpretação da lei penal. 2.4 Analogia. 2.5 Irretroatividade da lei penal. 2.6 Conflito aparente de normas penais. 3 Ilícitude. 4 Culpabilidade. 5 Concurso de Pessoas. 6 Penas. 6.1 Espécies de penas. 6.2 Cominação das penas. 7 Ação penal. 8 Punibilidade e causas de extinção. 9 Prescrição. 10 Crimes contra a fé pública. 11 Crimes contra a Administração Pública. 12 Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Abuso de autoridade). 13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações). 16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional. 2 Sistemas e princípios fundamentais. 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 4 Fase pré-processual. 4.1 Inquérito policial. 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 5.1 Elementos identificadores da relação processual. 5.2 Formas do procedimento. 5.3 Princípios gerais e informadores do processo. 5.4 Pretensão punitiva. 5.5 Tipos de processo penal. 6 Ação penal. 7 Ação civil Ex Delicto. 8 Jurisdição e competência. 9 Questões e processos incidentes. 10 Prova. 11 Do Juiz, Do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações). 13 Citações e intimações. 14 Atos processuais e atos judiciais. 15 Do processo comum. 15.1 Da Instrução criminal. 15.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri. 15.2.1 Da acusação e da instrução preliminar. 15.2.2 Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária. 15.2.3 Da preparação do processo para julgamento em plenário. 15.2.4 Do alistamento dos jurados. 15.2.5 Do desaforamento. 15.2.6 Da organização da pauta. 15.2.7 Do sorteio e da convocação dos jurados. 15.2.8 Da função do jurado. 15.2.9 Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença. 15.2.10 Da reunião e das sessões do tribunal do júri.



15.2.11 Da instrução em plenário. 15.2.12 Dos debates. 15.2.13 Do questionário e sua votação. 15.2.14 Da sentença. 15.2.15 Da ata dos trabalhos. 15.2.16 Das atribuições do presidente do tribunal do júri. 15.3 Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular. 16 Dos processos especiais. 16.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 16.2 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 16.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. 16.4 Do processo sumário. 16.5 Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. 16.6 Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. 17 Lei nº 8.038/1990 e suas alterações - Normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). 18 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais). 19 Prazos. 19.1 características, princípios e contagem. 20 Nulidades. 21 Recursos em geral. 22 Habeas corpus e seu processo. 23 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal). 24 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. 25 Disposições gerais do Código de Processo Penal.

LEGISLAÇÃO

1 Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Parte Judicial: Livro II - Foro Judicial. Título I - Dos Serviços Judiciais. Capítulo I - Dos Cartórios. Seção I - Da Administração Interna - Subseção VI - Das citações e intimações; Subseção VII - Da publicação Seção II - Subseção III - Do encaminhamento de documentos à Divisão de Captura e Polícia Interestadual (DC-POLINTER) e da expedição e cumprimento do alvará de soltura e consulta ao Serviço de Arquivo (SARQ). Capítulo III - Das Centrais de Audiência de Custódia. Seção II - Subseção I - Da Rotina para o Cumprimento de Atos de Comunicação Processual em Simultaneidade com os Alvarás de Soltura/Ordens de Liberação nas Centrais de Audiência. Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Parte Judicial: Livro II, Capítulo IV, Seção I - Do analista judiciário na especialidade de execução de mandados Denominação funcional de oficial de justiça avaliador (OJA); Subseção I - Disposições Gerais; Subseção II - Dos deveres dos OJA e das vedações; Subseção III - Dos plantões; Subseção IV - Do plantão judiciário; Subseção V - Do plantão regional. Seção II - Das Centrais de Cumprimento de Mandados (CCM) e dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores (NAROJA). Seção III - Dos encarregados e dos responsáveis administrativos. Seção IV - Do mandado judicial; Subseção I - Disposições Gerais; Subseção II - Da expedição, remessa e distribuição do mandado; Subseção III - Dos mandados expedidos pelos órgãos julgadores e pelas unidades administrativas; Subseção III-A - Dos mandados encaminhados fisicamente aos Oficiais de Justiça Avaliadores plantonistas na Central de Audiência de Custódia; Subseção IV - Das medidas protetivas de urgência; Subseção V - Do agendamento da diligência. Seção V - Da atuação do OJA; Subseção I - Disposições Gerais; Subseção II - Da Identificação de área inacessível; Subseção III - Das certidões e dos resultados das diligências; Subseção IV - Do cumprimento do mandado de condução; Subseção V - Do cumprimento das ordens de constrição judicial; Subseção VI - Do cumprimento dos mandados de avaliação; Subseção VII - Do cumprimento dos mandados de busca e apreensão de arma de fogo; Subseção VIII - Do cumprimento dos mandados de busca e apreensão de autos; Subseção IX - Do cumprimento dos mandados de busca e apreensão e de reintegração de posse de veículos; Subseção X - Do cumprimento do mandado de prisão; Subseção XI - Do cumprimento do Alvará de Soltura. Seção X - Subseção IV - Da alienação de bens em depósito público. 2 Provimento CGJ nº 23/2025; 3. Lei Federal nº 12.153/2009.



**CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –
ESPECIALIDADE: ANALISTA DE GESTÃO DE TIC**

1 Fundamentos de Computação em Nuvem: características, modelos, tipos, arquitetura, serviços e aplicações. 1.1 Arquitetura de TI: noções de infraestrutura, banco de dados e aplicações. 1.2 Redes de Computadores - Noções: modelo OSI e protocolo TCP/IP. 1.3 Sistemas Operacionais - Noções: processos, memória, entrada e saída. 1.4 Governança, Metodologias e Gerência de Projetos: PMBOK 7ª edição, Scrum, Kanban, ciclo de vida de projetos. 1.5 Segurança da Informação - Fundamentos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e autorização. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Planejamento Estratégico: Plano Diretor de TIC; Resolução CNJ nº 370/2021; Guia ENTIC-JUD 2021-2026. 3 Gestão de Serviços de TIC: ITIL 4 Foundation; gerenciamento de requisições, incidentes, nível de serviço, catálogo de serviço, mudanças, problemas, configuração de serviço, implantação e liberação, projetos, riscos, análise de negócio e melhoria contínua; Norma ISO/IEC 20000. 4 Governança de TIC: COBIT 2019 Foundation; Norma ISO/IEC 38500/2024. 5 Métricas e Indicadores de Desempenho: metodologia OKR, KPIs, mensuração de sistemas em Pontos de Função segundo o Manual de Práticas de Contagem (CPM versão 4.3.1 do IFPUG). 6 Modelos de gestão: Gestão 3.0. 7 Gestão por competências; gestão do conhecimento. 8 Metodologias Ágeis: Kanban; Scrum. 9 Gestão por processos de Negócios: Fundamentos de BPM; Modelagem e otimização de processos; Notação BPMN. 10 Observabilidade: fundamentos e conceitos básicos; diferença entre observabilidade e monitoramento; principais ferramentas. 11 Qualidade: Modelos de Gestão da Qualidade; Qualidade no processo de desenvolvimento de software: TDD; BDD. 12 Análise de Dados e Informações: Governança de dados; ETL; Metadados; Business Intelligence (BI); Visualização e análise exploratória de dados. 13 Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Públicas: Conceitos gerais de planejamento e execução da despesa pública.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e



classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

1 Instrumentos orçamentários: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2 Contratações de TIC: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações; Resolução CNJ nº 468/2022; Instrução Normativa SGD/ME Nº 94/2022. 3 Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ANALISTA DE INFRAESTRUTURA DE TIC

1 Arquitetura de infraestrutura: virtualização (hipervisores tipo 1 e 2, contêineres vs. máquinas virtuais), armazenamento (DAS, NAS, SAN, armazenamento de objetos), alta disponibilidade (agrupamento - clustering, balanceamento de carga, alternância automática - failover). 1.1 Fundamentos de redes: modelo OSI e TCP/IP, roteamento e comutação (switching), VLANs, sub-redes, DNS, DHCP, conceitos de latência e vazão (throughput). 1.2 Sistemas operacionais: gerenciamento de processos e threads, memória virtual, sistemas de arquivos, entrada/saída, escalonamento (scheduling), Linux e Windows Server. 1.3 Princípios de segurança: confidencialidade, integridade, disponibilidade (triade CIA), autenticação vs. autorização, princípio do menor privilégio, defesa em profundidade. 1.4 Computação em nuvem: modelos de serviço e tipos de nuvem, compensações (trade-offs) entre IaaS/PaaS/SaaS, arquitetura nativa em nuvem (cloud-native) vs. híbrida, modelo de responsabilidade compartilhada. 1.5 Metodologias de desenvolvimento: abordagens ágeis, ciclo de vida de projetos de tecnologia, DevOps. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Arquitetura de redes: segmentação, zona desmilitarizada (DMZ), defesa em profundidade, padrões de design de rede. 2.1 Criptografia: simétrica vs. assimétrica, dispersão (hashing), assinatura digital, infraestrutura de chaves públicas (PKI), gerenciamento de chaves, TLS/SSL. 2.2 Endurecimento (Hardening): princípios de menor privilégio, redução de superfície de ataque, configuração segura, linha de base de segurança. 2.3 Infraestrutura como Código (IaC): segurança em pipelines de IaC, política como código (policy as code), automação de conformidade, detecção de desvios (drift detection). 2.4 Observabilidade de segurança: correlação de registros (logs), detecção de anomalias, gerenciamento de informações e eventos de segurança (SIEM), análise de segurança. 3 Sistemas Operacionais e Redes. 3.1 Processos, threads, memória virtual e sistemas de arquivos. 3.2 Protocolos TCP/IP, DNS, VLANs e roteamento. 3.3 Gerenciamento de desempenho e latência. 4. Virtualização e Cloud Computing. 4.1 Tipos de hipervisores e contêineres. 4.2 Modelos IaaS, PaaS e SaaS. 4.3 Ambientes híbridos e multinuvem. 5. Contêineres e Orquestração 5.1 Conceitos de



Docker e Kubernetes. 5.2 Escalonamento, balanceamento e deploy contínuo. 6 Arquiteturas Modernas e Automação. 6.1 Microserviços, serverless e service mesh. 6.2 Automação com pipelines e GitOps. 7. Observabilidade e SRE. 7.1 Métricas, logs e rastreamento distribuído. 7.2 SLIs, SLOs e SLAs. 7.3 Gestão de incidentes e cultura sem culpa. 8 Alta Disponibilidade e Recuperação. 8.1 Clustering, failover e replicação. 8.2 Backups e recuperação de desastres. 9. FinOps e Planejamento. 9.1 Dimensionamento e otimização de custos. 9.2 Capacidade e escalabilidade. 10 Segurança e Compliance. 10.1 Políticas e auditoria. 10.2 Proteção de infraestrutura e defesa em profundidade. 10.3 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações): princípios, bases legais e medidas de segurança da informação. 11 Governança e Gestão de Serviços de TI. 11.1 Fundamentos do ITIL 4: princípios orientados a valor, cocriação de serviços, práticas de gestão (incident, change, problem, service level management). 11.2 Fundamentos do COBIT 2019: governança e gestão corporativa de TI, alinhamento estratégico e objetivos de valor. 11.3 Fundamentos do PMBOK 7ª edição: princípios de gestão de projetos, domínios de desempenho e integração com métodos ágeis e DevOps. 11.4 Integração entre governança de TI, gestão de riscos e conformidade (GRC).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO



Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ANALISTA DE NEGÓCIOS

1 Fundamentos de Computação em Nuvem: características, modelos, tipos, arquitetura, serviços e aplicações. 1.1 Arquitetura de TI: noções de infraestrutura, banco de dados e aplicações. 1.2 Redes de Computadores - Noções: modelo OSI e protocolo TCP/IP. 1.3 Sistemas Operacionais - Noções: processos, memória, entrada e saída. 1.4 Governança, Metodologias e Gerência de Projetos: PMBOK 7ª edição, Scrum, Kanban, ciclo de vida de projetos. 1.5 Segurança da Informação - Fundamentos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e autorização. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Análise de negócios. 3 Gestão por processos e gestão funcional. 4 Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM CBOK 4.0). 4.1 Conceitos, modelagem de processos, análise de processos, desenho de processos, gerenciamento de desempenho de processos, transformação de processos, tecnologias de BPM. 5 Técnicas de coleta de dados; técnicas de reunião. 6 Notação BPMN. 7 Ferramentas e tecnologias de gerenciamento de processos; automação de processos; BPMS. 8 Escritório de Processos: conceitos; atuação. 9 ITIL 4 Foundation. 10 Conhecimento em metodologias ágeis (Scrum, Kanban) e tradicionais. 11 ferramentas como Microsoft Excel, SQL e softwares de BI (Business Intelligence).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo.



8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Domicílio. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Extinção. 3.4 Sociedades de fato. 3.5 Associações. 3.6 Fundações. 4 Bens imóveis, móveis e públicos. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Invalidade. 7 Prescrição. 7.1 Disposições gerais. 8 Decadência. 9 Obrigações. 9.1 Características. 9.2 Adimplemento pelo pagamento. 9.3 Inadimplemento das obrigações - disposições gerais e mora. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Contratos em geral. 10.3 Disposições gerais. 11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 11.1 Obrigação de indenizar. 11.2 Dano material. 11.3 Dano moral. 12 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto da Pessoa Idosa). 12.1 Disposições preliminares. 12.2 Direitos fundamentais.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Princípios do processo. 1.1 Princípio do devido processo legal. 1.2 Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. 2 Jurisdição. 2.1 Princípio da inércia. 3 Ação. 3.1 Condições da ação. 3.2 Classificação. 4 Atos judiciais. 4.1 Despachos, decisões interlocutórias e sentenças. 5 Coisa julgada material. 6 Controle judicial dos atos administrativos. 7 Mandado de segurança. 8 Ação popular. 9 Ação civil pública.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1 Princípios. 2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 2.3 Lei penal excepcional, especial e temporária. 2.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 2.5 Pena cumprida no estrangeiro. 2.6 Eficácia da sentença estrangeira. 2.7 Contagem de prazo. 2.8 Frações não computáveis da pena. 2.9 Interpretação da lei penal. 2.10 Analogia. 2.11 Irretroatividade da lei penal. 2.12 Conflito aparente de normas penais. 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Pena da tentativa. 3.3 Concurso de crimes. 3.4 Ilícitude e causas de exclusão. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade. 3.6.1 Elementos e causas de exclusão. 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a fé pública. 9 Crimes contra a administração pública. 10 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Delitos hediondos). 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 2 Inquérito policial. 3 Ação penal. 4 Competência. 5 Prova. 5.1 Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996 e suas alterações). 6 Juiz,



ministério público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros. 7 Prisão e liberdade provisória. 8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9 Habeas corpus e seu processo. 10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ANALISTA DE PROJETOS

1 Fundamentos de Computação em Nuvem: características, modelos, tipos, arquitetura, serviços e aplicações. 1.1 Arquitetura de TI: noções de infraestrutura, banco de dados e aplicações. 1.2 Redes de Computadores - Noções: modelo OSI e protocolo TCP/IP. 1.3 Sistemas Operacionais - Noções: processos, memória, entrada e saída. 1.4 Governança, Metodologias e Gerência de Projetos: PMBOK 7ª edição, Scrum, Kanban, ciclo de vida de projetos. 1.5 Segurança da Informação - Fundamentos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e autorização. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Gerenciamento de projetos. 2.1 PMBOK 7ª edição. 2.2 Conceitos fundamentais (PMBOK, Agile, Scrum, PRINCE2, Kanban). 2.3 Ciclo de vida do projeto (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento) 2.4 Gerenciamento de escopo, prazo, custo, qualidade, risco, partes interessadas. 2.5 Técnicas e ferramentas (EAP, Caminho Crítico, Earned Value, Matriz RACI) 2.6 Metodologias ágeis (Scrum, Kanban, Lean, Design Thinking) 2.7 OKRs aplicados à gestão de projetos 3 Governança de TI. 3.1 COBIT 5 2019 Foundation, ITIL 4 Foundation, ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2020 e ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2021. 4 Gestão de Portfólio e Programas 4.1 Diferença entre projetos, programas e portfólios; 4.2 Gerenciamento de benefícios e alinhamento estratégico. 5 Gestão de Processos e Governança. 5.1 Modelagem de Processos (BPMN, Notação de fluxogramas, SIPOC); 5.2 Indicadores de desempenho (KPIs, OKRs); 5.3 Gestão de mudanças organizacionais. 6 Planejamento Estratégico e Inovação. 6.1 Balanced Scorecard (BSC) 5.2 SWOT. 6.2 Forças de Porter, Canvas 6.3 Gestão de inovação e transformação digital 7 Gestão da Qualidade em Projetos. 7.1 Planejamento e controle da qualidade (ISO 9001, Seis Sigma, PDCA, Kaizen). 7.2 Ferramentas da qualidade (Diagrama de Ishikawa, 5W2H, Pareto, FMEA) 7.3 Garantia e controle da qualidade. 8 Gestão de riscos: ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019 e ABNT NBR ISO 22301:2020.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais.



1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ANALISTA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1 Arquitetura de infraestrutura: virtualização (hipervisores tipo 1 e 2, contêineres vs. máquinas virtuais), armazenamento (DAS, NAS, SAN, armazenamento de objetos), alta disponibilidade (agrupamento - clustering, balanceamento de carga, alternância automática - failover). 1.1 Fundamentos de redes: modelo OSI e TCP/IP, roteamento e comutação (switching), VLANs, sub-redes, DNS, DHCP, conceitos de latência e vazão (throughput). 1.2 Sistemas operacionais: gerenciamento de processos e threads, memória virtual, sistemas de arquivos, entrada/saída, escalonamento (scheduling), Linux e Windows Server. 1.3 Princípios de segurança: confidencialidade, integridade, disponibilidade (triade CIA), autenticação vs. autorização, princípio do menor privilégio, defesa em profundidade. 1.4 Computação em nuvem: modelos de serviço e tipos de nuvem, compensações (trade-offs) entre IaaS/PaaS/SaaS, arquitetura nativa em nuvem (cloud-native) vs. híbrida, modelo de responsabilidade compartilhada. 1.5 Metodologias de desenvolvimento: abordagens ágeis, ciclo de vida de projetos de tecnologia, DevOps. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Arquitetura de redes: segmentação, zona desmilitarizada (DMZ), defesa em profundidade, padrões de design de rede.



2.1 Criptografia: simétrica vs. assimétrica, dispersão (hashing), assinatura digital, infraestrutura de chaves públicas (PKI), gerenciamento de chaves, TLS/SSL. 2.2 Endurecimento (Hardening): princípios de menor privilégio, redução de superfície de ataque, configuração segura, linha de base de segurança. 2.3 Infraestrutura como Código (IaC): segurança em pipelines de IaC, política como código (policy as code), automação de conformidade, detecção de desvios (drift detection). 2.4 Observabilidade de segurança: correlação de registros (logs), detecção de anomalias, gerenciamento de informações e eventos de segurança (SIEM), análise de segurança. 3 Fundamentos de Segurança. 3.1 Tríade CIA: confidencialidade, integridade e disponibilidade. 3.2 Princípio do menor privilégio e defesa em profundidade. 3.3 Hardening e configuração segura. 4 Criptografia e Identidade. 4.1 Criptografia simétrica e assimétrica. 4.2 Assinatura digital, PKI e certificados. 4.3 Autenticação multifator e federação de identidades. 5 Segurança de Redes e APIs. 5.1 Segmentação de redes e DMZ. 5.2 OAuth2, OpenID Connect e OWASP Top 10. 5.3 Controle de acesso e limitação de taxa. 6 Segurança em Nuvem e DevSecOps. 6.1 Políticas de segurança e automação. 6.2 Segurança em pipelines e infraestrutura como código. 7 Gestão de Riscos. 7.1 Modelagem de ameaças e tratamento de riscos. 7.2 Frameworks de avaliação (STRIDE, NIST). 8 Resposta a Incidentes. 8.1 Detecção, contenção, erradicação e recuperação. 8.2 Análise forense e lições aprendidas. 9 Zero Trust e Automação de Segurança. 9.1 Microsegmentação e verificação contínua. 9.2 Orquestração e resposta automatizada. 10 Segurança de IA. 10.1 Ataques adversariais e injeção de prompts. 10.2 Estratégias de mitigação e auditoria. 11 Métricas e Melhoria Contínua. 11.1 Indicadores de segurança (MTTD, MTTR). 11.2 Testes de resiliência e bug bounty. 11.3 Aplicação dos princípios do COBIT 2019 na governança de segurança da informação e integração com práticas do ITIL 4 para gestão de incidentes e mudanças. 11.4 Aplicação de conceitos do PMBOK 7ª edição na coordenação de projetos de segurança e resposta a incidentes, com foco em melhoria contínua. 11.5 Conformidade com a LGPD e normas internacionais de segurança (ISO/IEC 27001, NIST).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e



responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

1 Normas federais: Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (LAI); Decreto nº 12.572/2025; Decreto nº 7.845/2012 e suas alterações; Decreto nº 7.724/2012 e suas alterações. 2 IN GSI/PR nº 1/2008 e Normas complementares do GSI/PR. 3 Lei nº 12.965/2014 e suas alterações (Marco Civil da Internet). 4 Lei nº 13.709/2018 e suas alterações (LGPD atualizada). 5 Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ANALISTA DE SISTEMAS

1 Fundamentos de Computação em Nuvem: características, modelos, tipos, arquitetura, serviços e aplicações. 1.1 Arquitetura de TI: noções de infraestrutura, banco de dados e aplicações. 1.2 Redes de Computadores - Noções: modelo OSI e protocolo TCP/IP. 1.3 Sistemas Operacionais - Noções: processos, memória, entrada e saída. 1.4 Governança, Metodologias e Gerência de Projetos: PMBOK 7ª edição, Scrum, Kanban, ciclo de vida de projetos. 1.5 Segurança da Informação - Fundamentos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e autorização. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Conceitos de engenharia de software. 3 Processos de desenvolvimento de software. 3.1 CMMI-DEV v2.0, (MR-MPS-SW) Guia Geral MPS de Software (2024), Scrum, RUP, Metodologia Ágil. 4 Orientação a objetos. 4.1 Conceitos fundamentais, análise, modelagem e padrões de projeto. 5 Padrões de arquitetura MVC (Model View Controller) e DDD (Domain Driven Design). 6 Ferramentas de desenvolvimento de software (ferramentas CASE) e linguagem UML (versão 2.1). 7 Arquitetura de software. 7.1 Cliente/servidor, Internet e dispositivos móveis. 8 Engenharia de requisitos. 9 Análise de negócios. 10 Conceitos de linguagens de programação Java (versão 17 ou superior), Microsoft .NET (versão 8 ou superior) e PHP (versão 8 ou superior). 11 Web Services. 11.1 Padrões SOAP e REST. 12 Ferramentas de controle de versão. 12.1 SVN e GIT. 13 Bancos de dados transacionais (OLTP) e analíticos (OLAP). 14 Modelagem de dados relacional e dimensional. Operações OLAP 15 Linguagem SQL. 16 Conceitos sobre sistemas gerenciadores de banco de dados. 16.1 MySQL, Microsoft SQL Server 2019, PostgreSQL 17 ou superior, enterprise Manager 13c ou superior e Oracle 23ai. 17 Mensuração de sistemas em Pontos de Função segundo o Manual de Práticas de Contagem (CPM versão 4.3.1 do IFPUG) e Roteiro de Métricas de Software do SISP (versão 2.0). 18 COBIT 2019. 19 ITIL 4. 20 Desenvolvimento para VMs/Containers e para nuvem. 21 Práticas DevSecOps. 22 Arquitetura de desenvolvimento de PDPJ: Noções de Java, microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; SpringEureka, Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway;



Persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers; Biblioteca Flyway; Banco de dados; PostgreSQL; H2 Database; Serviços de autenticação; SSO Single Sign-On; Keycloak; OpenID Connect (OIDC); Protocolo OAuth2 (RFC 6749); Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas; Git; Ambiente de clusters, Docker, Kubernetes; Ferramenta de orquestração de containeres, Rancher; Deploy de aplicações; Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD), Gitlab CI/CD.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ANALISTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



1 Arquitetura de infraestrutura: virtualização (hipervisores tipo 1 e 2, contêineres vs. máquinas virtuais), armazenamento (DAS, NAS, SAN, armazenamento de objetos), alta disponibilidade (agrupamento - clustering, balanceamento de carga, alternância automática - failover). 1.1 Fundamentos de redes: modelo OSI e TCP/IP, roteamento e comutação (switching), VLANs, sub-redes, DNS, DHCP, conceitos de latência e vazão (throughput). 1.2 Sistemas operacionais: gerenciamento de processos e threads, memória virtual, sistemas de arquivos, entrada/saída, escalonamento (scheduling), Linux e Windows Server. 1.3 Princípios de segurança: confidencialidade, integridade, disponibilidade (triade CIA), autenticação vs. autorização, princípio do menor privilégio, defesa em profundidade. 1.4 Computação em nuvem: modelos de serviço e tipos de nuvem, compensações (trade-offs) entre IaaS/PaaS/SaaS, arquitetura nativa em nuvem (cloud-native) vs. híbrida, modelo de responsabilidade compartilhada. 1.5 Metodologias de desenvolvimento: abordagens ágeis, ciclo de vida de projetos de tecnologia, DevOps. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Fundamentos de Aprendizado de Máquina (Machine Learning): aprendizado supervisionado e não supervisionado, compensações viés-variância (bias-variance), sobreajuste (overfitting) e subajuste (underfitting), técnicas de regularização. 2.1 Pipelines de Machine Learning: arquitetura ponta a ponta (end-to-end), engenharia de características (feature engineering), estratégias de implantação (deployment), monitoramento de modelos em produção, data drift e concept drift (deriva de dados e deriva de conceito). 2.2 Avaliação de modelos: métricas para classificação e regressão, validação cruzada, interpretação de resultados, análise de erros. 2.3 Big Data: arquiteturas distribuídas, processamento em lote vs. fluxo contínuo (streaming), compensações de consistência e disponibilidade, teorema CAP. 2.4 Modelagem de dados: escolha entre SQL e NoSQL, Data Warehouse (armazém de dados) vs. Data Lake (lago de dados) vs. Lakehouse (arquitetura lakehouse), modelagem dimensional, normalização vs. desnormalização. 2.5 Ética e governança em dados: viés algorítmico, transparência, explicabilidade, equidade (fairness), conformidade regulatória (compliance), privacidade diferencial. 3 Fundamentos de Aprendizado de Máquina. 3.1 Aprendizado supervisionado: regressão linear e logística, árvores de decisão, máquinas de vetor de suporte (SVM), k-vizinhos mais próximos (k-NN). 3.2 Aprendizado não supervisionado: k-means, clustering hierárquico, DBSCAN, redução de dimensionalidade (PCA). 3.3 Aprendizado semi-supervisionado e por reforço: princípios, exploração vs. exploração, funções de recompensa. 3.4 Avaliação de modelos: validação cruzada, curvas ROC e AUC, precisão, recall, F1-score. 4 Aprendizado Profundo. 4.1 Redes neurais artificiais: perceptron, backpropagation, funções de ativação e normalização. 4.2 Redes convolucionais (CNN): convolução, pooling, detecção de padrões e aplicações em visão computacional. 4.3 Redes recorrentes (RNN, LSTM, GRU): processamento de sequências e séries temporais. 4.4 Transformers: autoatenção, embeddings, arquitetura encoder-decoder. 5 Grandes Modelos de Linguagem (LLMs). 5.1 Arquitetura de transformers aplicada a LLMs. 5.2 Pré-treinamento e ajuste fino (fine-tuning, LoRA, PEFT). 5.3 Geração de texto e compreensão de linguagem natural. 5.4 Limitações e técnicas de alinhamento com preferências humanas. 6 Engenharia de Prompts e Raciocínio. 6.1 Técnicas zero-shot e few-shot. 6.2 Estratégias de encadeamento de pensamento (chain-of-thought). 6.3 Otimização e avaliação de prompts. 7 Integração e Aplicações Avançadas. 7.1 Recuperação aumentada por geração (RAG): conceitos, fragmentação e embeddings. 7.2 Agentes de IA: fluxos de raciocínio, uso de ferramentas e execução em múltiplas etapas. 7.3 Modelos multimodais: integração texto-imagem, texto-áudio e geração de imagens. 8 Ética e Segurança em IA. 8.1 Viés algorítmico e transparência. 8.2 Explicabilidade e auditabilidade. 8.3 Ataques adversariais e mitigação. 9 MLOps e Monitoramento. 9.1 Integração e entrega contínua (CI/CD) para ML.



9.2 Versionamento de modelos e dados. 9.3 Monitoramento de deriva de conceito e desempenho. 10 Aplicações no Judiciário. 10.1 Classificação de documentos e OCR. 10.2 Sumarização automática e recomendação. 10.3 Automação de processos judiciais e assistentes jurídicos inteligentes. 11 Aplicação dos princípios do COBIT 2019 na governança de sistemas de IA e auditoria de modelos. 11.1 Integração de práticas do ITIL 4 para gestão de ciclo de vida de modelos e serviços de IA. 11.2 Aplicação de princípios do PMBOK 7ª edição na gestão de projetos de IA e automação inteligente, com foco em valor e entrega iterativa. 11.3 Conformidade com a LGPD e diretrizes de IA responsável e explicável.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

**ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –
ESPECIALIDADE: ANALISTA DE DADOS SÊNIOR**



1 Fundamentos de Computação em Nuvem: características, modelos, tipos, arquitetura, serviços e aplicações. 1.1 Arquitetura de TI: noções de infraestrutura, banco de dados e aplicações. 1.2 Redes de Computadores - Noções: modelo OSI e protocolo TCP/IP. 1.3 Sistemas Operacionais - Noções: processos, memória, entrada e saída. 1.4 Governança, Metodologias e Gerência de Projetos: PMBOK 7ª edição, Scrum, Kanban, ciclo de vida de projetos. 1.5 Segurança da Informação - Fundamentos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e autorização. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Ferramentas de Visualização de Dados. Power BI e Qlik Sense: conexão com fontes de dados, criação de dashboards e relatórios interativos. Melhores práticas de visualização de dados. Fundamentos de Banco de Dados. Conceitos de banco de dados relacionais e não relacionais. MongoDB. Modelagem de dados (entidade-relacionamento, normalização, diagrama de classes). Notação pé de galinha (Crow's Foot). Diagrama de Classes da UML. Linguagem SQL. Consultas complexas (junções, subconsultas, funções agregadas, filtros avançados). Linguagens de Programação para Análise de Dados. SQL (avançado) para manipulação de dados em bancos relacionais. Python para análise e manipulação de dados. R para análise estatística. Conceitos de Data Lakes e Data Warehouses. Mineração de Dados. Noções básicas de Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial. Estatísticas descritivas e inferenciais: médias, variâncias, distribuições. ETL (Extração, Transformação e Carga). Conceitos e melhores práticas de ETL. Modelagem Multidimensional de Dados Básico e Avançado. Big Data: Conceitos e ferramentas de processamento de grandes volumes de dados. Armazenamento em nuvem: AWS, Azure, Google Cloud. Qualidade de Dados. Governança de Dados. DAMA-DMBOK. Ferramentas de limpeza de dados: Deduplicação, enriquecimento, transformação. Conceitos básicos de Metodologia Ágil e Gerenciamento de Projetos. Framework Scrum. PMBOK 7ª edição.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo.



8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: CIENTISTA DE DADOS

1 Arquitetura de infraestrutura: virtualização (hipervisores tipo 1 e 2, contêineres vs. máquinas virtuais), armazenamento (DAS, NAS, SAN, armazenamento de objetos), alta disponibilidade (agrupamento - clustering, balanceamento de carga, alternância automática - failover). 1.1 Fundamentos de redes: modelo OSI e TCP/IP, roteamento e comutação (switching), VLANs, sub-redes, DNS, DHCP, conceitos de latência e vazão (throughput). 1.2 Sistemas operacionais: gerenciamento de processos e threads, memória virtual, sistemas de arquivos, entrada/saída, escalonamento (scheduling), Linux e Windows Server. 1.3 Princípios de segurança: confidencialidade, integridade, disponibilidade (tríade CIA), autenticação vs. autorização, princípio do menor privilégio, defesa em profundidade. 1.4 Computação em nuvem: modelos de serviço e tipos de nuvem, compensações (trade-offs) entre IaaS/PaaS/SaaS, arquitetura nativa em nuvem (cloud-native) vs. híbrida, modelo de responsabilidade compartilhada. 1.5 Metodologias de desenvolvimento: abordagens ágeis, ciclo de vida de projetos de tecnologia, DevOps. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Fundamentos de Aprendizado de Máquina (Machine Learning): aprendizado supervisionado e não supervisionado, compensações viés-variância (bias-variance), sobreajuste (overfitting) e subajuste (underfitting), técnicas de regularização. 2.1 Pipelines de Machine Learning: arquitetura ponta a ponta (end-to-end), engenharia de características (feature engineering), estratégias de implantação (deployment), monitoramento de modelos em produção, data drift e concept drift (deriva de dados e deriva de conceito). 2.2 Avaliação de modelos: métricas para classificação e regressão, validação cruzada, interpretação de resultados, análise de erros. 2.3 Big Data: arquiteturas distribuídas, processamento em lote vs. fluxo contínuo (streaming), compensações de consistência e disponibilidade, teorema CAP. 2.4 Modelagem de dados: escolha entre SQL e NoSQL, Data Warehouse (armazém de dados) vs. Data Lake (lago de dados) vs. Lakehouse (arquitetura lakehouse), modelagem dimensional, normalização vs. desnormalização. 2.5 Ética e governança em dados: viés algorítmico, transparência, explicabilidade, equidade (fairness), conformidade regulatória (compliance), privacidade diferencial. 3 Fundamentos de Ciência de Dados. 3.1 Etapas do ciclo de vida dos dados: coleta, limpeza, análise, modelagem e comunicação. 3.2 Tipos de dados e fontes (estruturados, semiestruturados e não estruturados). 4 Machine Learning. 4.1 Classificação, regressão e clustering. 4.2 Validação cruzada e seleção de modelos. 4.3 Ajuste de hiperparâmetros e regularização. 5 Deep Learning. 5.1 Redes neurais artificiais, CNNs e RNNs. 5.2 Aplicações em



processamento de imagem e texto. 5.3 Transfer learning e fine-tuning. 6 Tratamento e Qualidade de Dados. 6.1 Imputação, remoção de outliers e normalização. 6.2 Balanceamento de classes e aumento de dados (data augmentation). 6.3 Métricas de qualidade de dados. 7 Estatística e Inferência. 7.1 Probabilidade, distribuições e testes de hipóteses. 7.2 Inferência bayesiana e causalidade. 7.3 Regressão linear e logística. 8 Séries Temporais e Previsão. 8.1 Modelos ARIMA, Prophet e LSTM. 8.2 Decomposição em tendência e sazonalidade. 8.3 Detecção de anomalias temporais. 9 IA Explicável (XAI). 9.1 Métodos de interpretabilidade global e local. 9.2 SHAP, LIME e explicações contrafactuais. 10 Visualização e Comunicação. 10.1 Dashboards e storytelling com dados. 10.2 Métricas e indicadores de desempenho. 11 Aplicação dos princípios do COBIT 2019 para governança e qualidade de dados analíticos. 11.1 Integração de práticas do ITIL 4 para gestão de serviços e automação de dados. 11.2 Aplicação de princípios do PMBOK 7ª edição em projetos analíticos e de aprendizado de máquina, com foco em ciclos iterativos e melhoria contínua. 11.3 Conformidade com a LGPD e princípios éticos no uso de dados e IA.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021;



Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ENGENHEIRO DE DADOS

1 Arquitetura de infraestrutura: virtualização (hipervisores tipo 1 e 2, contêineres vs. máquinas virtuais), armazenamento (DAS, NAS, SAN, armazenamento de objetos), alta disponibilidade (agrupamento - clustering, balanceamento de carga, alternância automática - failover). 1.1 Fundamentos de redes: modelo OSI e TCP/IP, roteamento e comutação (switching), VLANs, sub-redes, DNS, DHCP, conceitos de latência e vazão (throughput). 1.2 Sistemas operacionais: gerenciamento de processos e threads, memória virtual, sistemas de arquivos, entrada/saída, escalonamento (scheduling), Linux e Windows Server. 1.3 Princípios de segurança: confidencialidade, integridade, disponibilidade (tríade CIA), autenticação vs. autorização, princípio do menor privilégio, defesa em profundidade. 1.4 Computação em nuvem: modelos de serviço e tipos de nuvem, compensações (trade-offs) entre IaaS/PaaS/SaaS, arquitetura nativa em nuvem (cloud-native) vs. híbrida, modelo de responsabilidade compartilhada. 1.5 Metodologias de desenvolvimento: abordagens ágeis, ciclo de vida de projetos de tecnologia, DevOps. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Fundamentos de Aprendizado de Máquina (Machine Learning): aprendizado supervisionado e não supervisionado, compensações viés-variância (bias-variance), sobreajuste (overfitting) e subajuste (underfitting), técnicas de regularização. 2.1 Pipelines de Machine Learning: arquitetura ponta a ponta (end-to-end), engenharia de características (feature engineering), estratégias de implantação (deployment), monitoramento de modelos em produção, data drift e concept drift (deriva de dados e deriva de conceito). 2.2 Avaliação de modelos: métricas para classificação e regressão, validação cruzada, interpretação de resultados, análise de erros. 2.3 Big Data: arquiteturas distribuídas, processamento em lote vs. fluxo contínuo (streaming), compensações de consistência e disponibilidade, teorema CAP. 2.4 Modelagem de dados: escolha entre SQL e NoSQL, Data Warehouse (armazém de dados) vs. Data Lake (lago de dados) vs. Lakehouse (arquitetura lakehouse), modelagem dimensional, normalização vs. desnormalização. 2.5 Ética e governança em dados: viés algorítmico, transparência, explicabilidade, equidade (fairness), conformidade regulatória (compliance), privacidade diferencial. 3 Arquiteturas de Dados. 3.1 Data Warehouse e Data Lake. 3.2 ETL e ELT. 3.3 Modelagem dimensional e normalização. 4 Processamento de Dados. 4.1 Processamento em lote e em fluxo contínuo. 4.2 Paralelismo, particionamento e otimização de consultas. 4.3 Processamento distribuído. 5 Integração e Orquestração. 5.1 Pipelines de dados e DAGs. 5.2 Captura de mudanças (CDC). 5.3 Estratégias de reprocessamento e versionamento. 6 Governança e Segurança de Dados. 6.1 Controle de acesso, criptografia e anonimização. 6.2 Políticas de retenção e conformidade com a LGPD. 7 Observabilidade e Qualidade. 7.1 Monitoramento de pipelines e detecção de falhas. 7.2 Validação e perfilamento de dados. 8 Infraestrutura e Automação. 8.1 Infraestrutura como código (IaC). 8.2 Provisionamento automatizado e ambientes replicáveis. 9 Otimização e Custos. 9.1 Compressão, particionamento e ciclo de vida de dados. 9.2 Estratégias de FinOps em ambientes de dados. 10 Aplicação dos princípios do COBIT 2019 para governança e qualidade de dados. 10.1 Integração de boas práticas do ITIL 4 na operação e manutenção de pipelines de dados. 10.2 Conformidade com a LGPD, incluindo anonimização, minimização e controle de acesso a dados pessoais.



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PDPJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ESPECIALIDADE: ARQUITETO DE DADOS

1 Arquitetura de infraestrutura: virtualização (hipervisores tipo 1 e 2, contêineres vs. máquinas virtuais), armazenamento (DAS, NAS, SAN, armazenamento de objetos), alta disponibilidade (agrupamento - clustering, balanceamento de carga, alternância automática - failover). 1.1 Fundamentos de redes: modelo OSI e TCP/IP, roteamento e comutação (switching), VLANs, sub-redes, DNS, DHCP, conceitos de latência e vazão (throughput). 1.2 Sistemas operacionais: gerenciamento de processos e threads, memória virtual, sistemas de arquivos, entrada/saída, escalonamento (scheduling), Linux e Windows Server. 1.3 Princípios de segurança:



confidencialidade, integridade, disponibilidade (triade CIA), autenticação vs. autorização, princípio do menor privilégio, defesa em profundidade. 1.4 Computação em nuvem: modelos de serviço e tipos de nuvem, compensações (trade-offs) entre IaaS/PaaS/SaaS, arquitetura nativa em nuvem (cloud-native) vs. híbrida, modelo de responsabilidade compartilhada. 1.5 Metodologias de desenvolvimento: abordagens ágeis, ciclo de vida de projetos de tecnologia, DevOps. 1.6 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações). 2 Fundamentos de Aprendizado de Máquina (Machine Learning): aprendizado supervisionado e não supervisionado, compensações viés-variância (bias-variance), sobreajuste (overfitting) e subajuste (underfitting), técnicas de regularização. 2.1 Pipelines de Machine Learning: arquitetura ponta a ponta (end-to-end), engenharia de características (feature engineering), estratégias de implantação (deployment), monitoramento de modelos em produção, data drift e concept drift (deriva de dados e deriva de conceito). 2.2 Avaliação de modelos: métricas para classificação e regressão, validação cruzada, interpretação de resultados, análise de erros. 2.3 Big Data: arquiteturas distribuídas, processamento em lote vs. fluxo contínuo (streaming), compensações de consistência e disponibilidade, teorema CAP. 2.4 Modelagem de dados: escolha entre SQL e NoSQL, Data Warehouse (armazém de dados) vs. Data Lake (lago de dados) vs. Lakehouse (arquitetura lakehouse), modelagem dimensional, normalização vs. desnormalização. 2.5 Ética e governança em dados: viés algorítmico, transparência, explicabilidade, equidade (fairness), conformidade regulatória (compliance), privacidade diferencial. 3 Design de Arquiteturas de Dados. 3.1 Modelagem conceitual, lógica e física. 3.2 Normalização e desnormalização. 3.3 Modelos estrela, floco de neve e data vault. 4. Bancos de Dados. 4.1 Relacionais, NoSQL, grafos e colunares. 4.2 Escolha de tecnologia conforme caso de uso. 4.3 Estratégias de replicação e particionamento. 5 Integração e Fluxo de Dados. 5.1 Integração via APIs e eventos. 5.2 Arquiteturas orientadas a eventos. 5.3 Sincronização entre sistemas e consistência. 6 Arquiteturas Modernas. 6.1 Data Mesh e Data Fabric. 6.2 Governança federada e virtualização de dados. 7 Governança e Segurança. 7.1 Catálogo de dados e linhagem. 7.2 Controle de acesso e auditoria. 7.3 FinOps e gerenciamento de custos. 7.4 Aplicação dos princípios do COBIT 2019 e do ITIL 4 na governança e gestão de serviços de dados. 7.5 Aplicação dos princípios do PMBOK 7ª edição na condução de projetos de arquitetura de dados e integração entre sistemas, com foco em valor e desempenho. 7.6 Conformidade com a LGPD e boas práticas de governança de dados pessoais. 8 Escalabilidade e Desempenho. 8.1 Escalonamento horizontal e vertical. 8.2 Estratégias de particionamento e caching. 9 Qualidade e Gestão de Dados. 9.1 Observabilidade, métricas e incidentes de dados. 9.2 Gestão de dados mestres e produtos de dados.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 1.2.2 Dos Direitos Sociais. 1.2.3 Da Nacionalidade. 1.3 Remédios Constitucionais. 1.4 Da Organização do Estado. 1.4.1 Da Organização político-administrativa. 1.4.2 Da União. 1.4.3 Dos Estados Federados. 1.4.4 Dos Municípios. 1.5 Da Administração Pública. 1.5.1 Disposições Gerais. 1.5.2 Dos Servidores Públicos. 1.6 Da Organização dos Poderes. 1.6.1 Do Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. 1.6.2 Do Poder Executivo: Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. 1.6.3 Do Poder Judiciário. 1.6.3.1 Disposições Gerais. 1.6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 1.6.3.3 Organização e competências. 1.6.3.4 Conselho Nacional de Justiça. 1.7 Das Funções essenciais à justiça. 1.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Organização administrativa. 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Extinção do ato administrativo. 5 Agentes públicos. 5.1 Conceito. 5.2 Espécies e classificação. 5.3 Cargo, emprego e função pública. 6 Poderes da administração pública. 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6.2 Uso e abuso de poder. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 8 Responsabilidade civil do Estado. 8.1 Evolução histórica. 8.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 8.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 8.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 8.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8.6 Reparação do dano. 8.7 Direito de regresso. 9 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo Administrativo). 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). 11 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO

Normativos PD PJ-Br: Resolução CNJ nº 522/2023; Resolução CNJ nº 335/2020; Portaria CNJ nº 252/2020; Portaria CNJ nº 253/2020; Portaria CNJ nº 131/2021; Resolução CNJ nº 396/2021; Portaria CNJ nº 162/2021. Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

ANEXO II – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL – ESPECIALIDADE: ASSISTENTE SOCIAL

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no órgão de classe.